



PROCESSO: 21.668/2011

PARECER COMED/PGUÁ N.º 91/11 APROVADO EM 23/11/2011

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA / CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: Renovação da autorização de funcionamento da educação infantil

RELATORAS: Fabíola Soares e Francielle de Souza Martins

## **I – RELATÓRIO**

### **Histórico**

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral encaminhou a este Conselho, o Processo nº 21.668/11, no dia 08/09/2011, referente à Renovação da autorização para o funcionamento da educação infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura de Paranaguá, localizada na Rua das Hortências, s/nº – Vila dos Comerciantes, para análise e Parecer deste Conselho.

O Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby, passou a integrar o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, nos termos da Lei Municipal nº 69/07, de 10 de setembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, conforme possibilita a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9394/96 – LDB, em seus artigos 8º, 11 e 18.

A Comissão de Análise e Verificação dos Estabelecimentos de Ensino, designados pela Portaria Municipal nº 702/2009, apresentou relatório com Parecer Favorável à concessão à Renovação da autorização de funcionamento da educação infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu TÍTULO VI que trata sobre os Profissionais da Educação em seu artigo 64 diz:

(...)A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional(...)BRASIL, 1996.

A Prefeitura de Paranaguá, pronunciou-se sobre os critérios de escolha de diretores das unidades escolares da rede municipal de ensino através do



decreto nº 2194/11. Em seu artigo 7º esclarece os requisitos necessários para o exercício da função de direção de Centro Municipal de Educação Infantil os professores ou educadores infantis:

(...)I - estar lotado e em exercício no estabelecimento de ensino para o qual se candidatar.

II - possuir formação em nível superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior ou uma licenciatura específica, precedida, neste último caso, de habilitação de magistério em nível médio;

III - possuir formação em Curso de Gestão Escolar de, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, a ser oferecido pela Secretaria Municipal de Educação ou por instituição de ensino superior;

IV - a participação, por meio de certificados, de cursos na área da educação de, no mínimo, sessenta horas, oferecidos nos últimos dois anos;

VI - experiência mínima de dois anos no nível de ensino em que se candidatar;

VII - não estar impedido de candidatar-se, conforme Art. 8º deste regulamento. (...).

No artigo 8º, do mesmo decreto estão expresso os impedimentos para candidatar-se a diretor, são eles:

(...) I - não possuir formação em nível superior em curso de licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior ou uma licenciatura específica, precedida, neste último caso, de habilitação de magistério em nível médio;

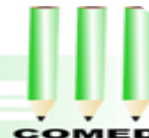
II - estiver em estágio probatório;

III - for incurso em qualquer das penalidades a que se refere o artigo 47 da Lei Complementar nº [113](#)/2009 ou nas previstas no regime jurídico de trabalho;

IV - estiver no exercício da função de direção no segundo mandato consecutivo, a partir da aprovação deste decreto sendo os dois mandatos cumpridos integralmente;

V - não tiver cumprido o plano de ação do mandato anterior, em caso de reeleição;

VI - não tiver cumprido o disposto nos artigos 6º e artigo 7º deste Decreto.



Parágrafo Único - Para os efeitos do inciso V deste artigo, o exercício do mandato será considerado conforme a nomeação para a função, independentemente do local em que foi exercido(...).

Ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral fiscalizar todo o processo da escolha de diretores respeitando a legislação vigente.

Tendo em vista os artigos 12 e 13, da Deliberação COMED nº 03/2009, decidimos pela concessão de Autorização de Funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Anita Canale Raby por um prazo de 3 (três) anos a partir da publicação de ato de renovação da autorização expedido pela SEMEDI.

## **II – DO MÉRITO**

Encaminhe-se:

- a) o presente Parecer à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral para a expedição do respectivo ato legal;
- b) o presente processo ao Estabelecimento de Ensino, para constituir acervo e fonte de informação.
- c) O estabelecimento de ensino é obrigado a afixar, em local visível e acessível ao público, cópia dos atos oficiais que atestam a renovação de sua autorização para seu funcionamento, dando ciência ao Conselho Escolar.

## **III. VOTO DAS RELATORAS**

Considerando o exposto estas relatoras votam pelo deferimento pela concessão da Renovação de Autorização de Funcionamento do Centro de Educação Infantil Anita Canale Raby, baseando-se na Lei Complementar 69/07.

É o Parecer.

## **IV. DECISÃO DAS CÂMARAS**

As Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas aprovam por unanimidade o voto das Relatoras.

Sala de Reuniões do COMED/PGUÁ, em 23 de novembro de 2011.

Relação de Conselheiros que aprovaram este parecer:



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Conselheira Fabíola Soares

Presidente

Antonio Luiz de Freitas Morato

Vice-Presidente